



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFROBRASILEIRA-UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES

BACHARELADO EM HUMANIDADES

ROSANA DOS SANTOS ARMANDO

**RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS ÉTNICOS AFRICANOS
NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE SÃO- TOMENSE: uma análise do grupo
Tongas da Roça Monte-Café**

REDENÇÃO -CE

2024

ROSANA DOS SANTOS ARMANDO

RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DOS GRUPOS ÉTNICOS AFRICANOS
NA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE SÃO-TOMENSE: UMA ANÁLISE DO
GRUPO TONGAS DA ROÇA MONTE-CAFÉ

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomas Domingos

REDENÇÃO-CE

2024

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Luís Tomas Domingos

Aprovado em: 28/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Tomas Domingos (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB)

Dr. Carlos Subuhana

Prof. Dr.
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB)

Dra. Izabel Cristina dos Santos Teixeira

Prof. Dr
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
(UNILAB)

REDENÇÃO-CE
2024

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo apresentar um estudo sobre os diversos grupos africanos que participaram na construção da história santomense, com foco no trabalho contratado após abolição da escravatura em 1875. A pesquisa pretende analisar os dois momentos da colonização de São Tomé e Príncipe, a primeira colonização com a implementação da cultura da cana-de-açúcar e o trabalho escravizado e a segunda colonização com a implementação da cultura do café e do cacau e o trabalho contratado. Mas a pesquisa é voltada a região da Roça Monte Café na ilha de São Tomé e ao chamado grupo Tongas de Monte Café, e também pretende mostrar as grandes contribuições e as influências desses povos da África na cultura são-tomense.

Palavras-chave: colonização; trabalho-contratado; roça Monte Café; tongas

Abstract

The present research work aims to present a study on the various African groups that participated in the construction of São Tomé and Príncipe history, focusing on work hired after the abolition of slavery in 1875. The research aims to analyze the two moments of the colonization of São Tomé and Príncipe, the first colonization with the implementation of sugarcane farming and enslaved labor and the second colonization with the implementation of coffee and cocoa farming and hired labor. But the research is focused on the Roça Monte Café region on the island of São Tomé and the so-called Tongas de Monte Café group, and also aims to show the great contributions and influences of these African peoples on São Tomé culture.

Keywords: colonization; hired labor; Monte Café farm; tongas

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2 JUSTIFICATIVA	10
3 PROBLEMATIZAÇÃO	11
4 HIPOTESE	13
5 OBJETIVOS	13
5.1 Objetivo Geral:	13
5.2 Objetivo Específico:	13
6.....	14
FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	14
6.1 Trafego de escravos e suas consequências na formação da identidade de São Tomé e Príncipe ..	14
a. Primeira Colonização: povoamento e cultura da cana-de-açúcar	14
b. Segunda Colonização: trabalho contratado, cultura do café e do cacau	20
c. Contratados angolanos/ trabalho forçado	26
d. Contratados cabo-verdianos/ trabalho forçado	29
e. Presença do povo moçambicano em São Tomé e Príncipe.....	30
f. Roça Monte Café.....	31
h. Tafúa.....	32
i. Puíta	33
j. Djambi	34
6 METODOLOGIA	36
7 REFERÊNCIA.....	39

1. APRESENTAÇÃO

São Tomé e Príncipe, oficialmente República Democrática de São Tomé e Príncipe, é um país insular localizado no Golfo da Guiné, na costa equatorial ocidental da África Central. Consiste em duas ilhas principais, as ilhas de São Tomé e Príncipe, que distam cerca de 140 km uma da outra e cerca de 250 e 225 km da costa noroeste do Gabão, respetivamente. Outros países próximos são a Guiné Equatorial e os Camarões. As ilhas de São Tomé e Príncipe estiveram desabitadas até à sua descoberta pelos exploradores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar, em 1470. São Tomé e Príncipe foi uma das colónias portuguesas, a colonização teve seu início no século XVI e o seu término no século XX com a tomada de independência do país no dia 12/07/ 1975. Mas dentro desse período as ilhas passaram por 2 colonizações distintas, a primeira no século XVI com a cultura do açúcar e depois o abandono das mesmas pelos portugueses para o cultivo do açúcar no Brasil e a segunda com o retorno dos portugueses as ilhas em meados do século XIX para a implementação da cultura do café e cacau.

O rico solo vulcânico e a proximidade com a linha do Equador tornaram São Tomé e Príncipe ideal para o cultivo de açúcar, seguido mais tarde por outras culturas de rendimento tais como café e cacau; a lucrativa economia de plantação era fortemente dependente de escravizados africanos importados. Ciclos de agitação social instabilidade económica ao longo dos séculos XIX e XX culminaram na independência pacífica em 12 de julho de 1975. São Tomé e Príncipe, desde então, permanecem como um dos países mais estáveis e democráticos de África. Segundo os dados de estatísticas da Knoema (2024) São Tomé e Príncipe conta com uma população de 231.107 pessoas distribuídos em uma área total de 1 001 km², São Tomé e Príncipe é o segundo menos populoso Estado soberano africano, depois das Seicheles, bem como o menor país de língua portuguesa. Seu povo é predominantemente de ascendência africana e mestiça, com a maioria praticando o catolicismo romano. A cultura de São Tomé e Príncipe é um reflexo das influências de suas raízes africanas e coloniais. As tradições europeias levadas pelos colonizadores portugueses, se mesclaram com as tradições africanas resultando em uma rica mistura de costumes, músicas, danças e gastronomia.

O Monte Café é uma vila na Ilha de São Tomé, na nação de São Tomé e Príncipe. A vila está localizada a 4,5 km a oeste de Trindade (cidade do distrito de *Mé-Zochi*) e situa-se em um terreno montanhoso a 670 metros de elevação. Essa altitude é muito adequada para o cultivo

de café, e de fato o Monte Café abriga uma das mais antigas plantações de café de São Tomé estabelecida em 1858.

A Roça Monte Café foi desde sempre uma das zonas do arquipélago mais propícias à cultura do cacau e café. A Roça Monte Café é uma das mais antigas roças do país e foi estabelecida por Manuel da Costa Pereira em 1858, ele era um empresário famoso por negociar com escravos no Brasil, São Tomé e Angola. Além de sua importância histórica como plantação de café, a Roça Monte Café oferece um encontro entre povos e culturas.

Monte Café no período colonial no século XIX foi um destaque na produção do café que teve a sua implementação em 1787 e do cacau que teve a sua implementação em 1822 em São Tomé e Príncipe após o término da cultura da cana-de-açúcar. Monte Café guarda vestígios do tempo colonial e conta, hoje, com cerca de 3.000 habitantes, que subsistem através da agricultura tradicional. A agricultura tradicional é uma atividade muito rudimentar e sua produção depende de a maioria das capacidades físicas do fazendeiro e seus trabalhadores. Isso reduz o desempenho e a otimização de recursos para produtos melhores. A todas essas características deve-se acrescentar que a forma como a terra é trabalhada não é a que é feita atualmente. A forma como a terra é trabalhada corresponde a alguns saberes ou práticas ancestrais e empíricas que se comunicam de geração em geração.

Monte Café divide-se em Monte Café sede, ou seja, onde ficava as infra estruturas de produção de café e as dependências no qual se destacam a roça de São Nicolau, Nova Moca, Saudade, Bem- posta, São José e Santa Catarina. As terras de Monte Café foram destinadas ao cultivo e produção do café e o cacau, com um solo fértil, a prática de cultivos agrícolas tradicionais e a falta de recursos financeiros constitui o maior obstáculo para consolidação de uma agricultura organizada na região. A roça Monte Café foi, desde sempre, uma das zonas do arquipélago mais propícias à cultura de cacau e de dois tipos de café: arábica e robusta. O cafeeiro-arábica (*Coffea arabica*) é uma espécie de café natural da Arábia ou da Etiópia, supostamente uma das primeiras espécies de café a ser cultivada. A espécie *Coffea arabica* produz cafés de qualidade, finos e requintados, e possui aroma intenso e os mais diversos sabores, com inúmeras variações de corpo e acidez, o café tradicional é composto por esta planta. Enquanto o café robusto é um tipo de café que é produzido a partir da espécie *Coffea canephora*, que é conhecida por seu sabor forte e amargo. Ele é cultivado principalmente no Brasil, no Vietnã e na África, e é a segunda espécie de café mais cultivada

no mundo, ficando atrás apenas do café-arábica. O café-robusta apresenta algumas características marcantes que o diferenciam do café-arábica. Ele tem um sabor mais intenso e amargo, com notas de chocolate e nozes. Além disso, ele apresenta uma acidez menor e um corpo mais encorpado. O café-robusta também tem uma quantidade maior de cafeína em comparação com o café arábica.

A origem da população que habita a região de Monte Café é bem diversificada, primeiramente chegaram os escravizados de Cabo Verde, Angola e Moçambique e conseqüentemente seus descendentes permaneceram mesmo na região. Após abolição da escravidão (1875) os portugueses importaram mão-de-obra de suas outras colônias na condição de contratados, e, por conseguinte, esses contratados com o passar do tempo formaram novas gerações e miscigenações.

2 JUSTIFICATIVA

A cultura nas ilhas de São Tomé e Príncipe pode se dizer que é um misto de várias outras culturas africanas visto que são originários de vários povos trazidos de outros países africanos e da europa (portugueses) dando origem a uma grande miscigenação e diversas práticas culturais, crioulos, danças, gastronomia existentes no país até os dias de hoje.

Mas será que há uma preocupação do povo santomense em saber ou até mesmo curiosidade em tomar conhecimento sobre sua cultura e saber mais sobre seus povos originários?

A história de São Tomé e Príncipe é considerada uma história cheia de lacunas visto que a literatura afirma que as ilhas de São Tomé e Príncipe foram descobertas pelos navegadores portugueses Pêro Escobar e João Santarém, então desabitadas no ano de 1470-1471 e uma outra parte afirma que antes da chegada dos portugueses já haviam então um povo nativo na região sul da ilha de São Tomé nomeadamente em São João dos Angolares. Segundo as histórias esse povo seria um povo da região da África (de países e culturas diferentes) que sofreu um naufrágio próximo as ilhas e os sobreviventes desse tal naufrágio chegaram as ilhas e se instalaram e se misturaram dando origem aos primeiros povos em São Tomé. Mas após a colonização será visto nas ilhas a presença de outros povos nomeadamente colonos brancos, escravizados africanos trazidos do Benim, no delta do Rio Niger, reino do Congo, e do Ndongo (Angola), Cabo Verde, Moçambique. Por conseguinte, o meu interesse de pesquisa é relatar o porquê da falta de abordagens tanto académicas como num modo geral sobre as etnias que existiram e existem atualmente em São Tomé e Príncipe com foco na região de Monte Café, de forma a ter um maior conhecimento sobre o povo santomense na sua origem de modo a fazer uma construção histórica do que é na verdade a composição do povo santomense, desde dos primeiros povos a chegarem nas ilhas até os últimos povos, esses levados para trabalhos nas plantações na era colonial.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

Em São Tomé e Príncipe vê-se uma pouca preocupação no que concerne ao estudo da sua cultura nacional e pouca repartição do conhecimento cultural nos institutos de educação do país, que vem dar origem a uma grande problemática voltada a identidade cultural. A problemática dos ensinamentos das instituições educacionais mais voltadas aos valores e conhecimentos ocidentais vem enfraquecendo a cultura para camadas mais jovens, levando assim a total desvalorização da mesma. A maioria do conhecimento cultural presente nas ilhas é repassada pelas pessoas mais velhas para a camada mais jovem, não entrando aqui a grande participação dos institutos educacionais que seria de grande valia para a continuação e valorização de práticas culturais no país. Trazendo assim consequências como, perda de hábitos e costumes tradicionais, falta de reconhecimento da importância da cultura nas ilhas, falta de identidade própria visto que de mais vale hábitos ocidentais do que nacionais levando assim a uma contínua falência da identidade cultural.

A problemática também se estende por haver poucos projetos e pesquisas relacionadas a cultura santomense e dentre essas poucas elas são desvalorizadas e pouco divulgadas. A falta de incentivo por parte dos organismos estatais principalmente o da Educação para realização dessas pesquisas é preocupante e acarreta o ensino no âmbito cultural de forma alarmante.

Então este estudo visa proporcionar uma maior reflexão sobre a não existência de políticas de implementação de estudos de âmbitos nacionais e culturais nas instituições educacionais em São Tomé e Príncipe, porque se analisarmos, atualmente a maioria da população jovem não tem conhecimento da sua origem (descendência) e muito menos falar uma língua nacional de forma fluente, que gera uma grande preocupação quanto a asseguuração da cultura na mão das gerações futuras.

Contudo é importante considerar que a cultura tem um importante papel no processo de aprendizagem, pois ela permite não só a socialização, mas discussão de diferentes saberes no ambiente escolar. O livro "A Interpretação das Culturas", de Clifford Geertz, publicado em 1973 desenvolve suas ideias sobre como entender as culturas a partir de uma abordagem que vai além da descrição de práticas e costumes, propondo a interpretação dos significados simbólicos que permeiam a vida social. Ele critica a ideia de que a cultura pode ser descrita de

maneira puramente objetiva ou como um conjunto de fatos isolados, argumentando que a cultura é um sistema de símbolos e significados que precisa ser interpretado a partir do contexto. Para Geertz, a cultura deve ser entendida como uma teia de significados tecida pelos próprios membros de uma sociedade. “A tarefa da antropologia é interpretar essa teia e descobrir como os significados são compartilhados e comunicados entre as pessoas. E que o antropólogo ao invés de ser um observador distante, deve atuar como um intérprete, tentando decifrar os significados de ações e símbolos culturais”. Isso implica entrar no ponto de vista do nativo, mas com uma consciência reflexiva sobre os próprios pressupostos culturais. Geertz reconhece que a interpretação é um processo subjetivo e que os antropólogos sempre trarão consigo seus próprios preconceitos e perspectivas culturais. No entanto, ele sugere que isso não invalida a antropologia, mas sim a torna uma ciência hermenêutica, focada na interpretação e compreensão, mudando o foco do estudo de comportamentos visíveis para a compreensão de sistemas simbólicos e como eles moldam a vida humana.

O sistema educacional são-tomense tem grande resistência à mudança, os materiais didáticos abordam mais sobre conteúdos ocidentais do que nacionais perpetuando a continuação de uma colonização que agora passa da física para mental desencadeando uma sobre valorização da cultura ocidental e desvalorização da cultura africana e a perpetuação do pensamento de que o ocidental contém todo conhecimento. Mas a transição para abordagens tradicionais nos institutos de educação pode encontrar grande resistência por parte dos professores, alunos e principalmente do governo.

4 HIPOTESE

Atualmente maior parte da população que se encontra na região da roça Monte Café são de descendência angolana, e ainda é possível encontrar em algumas famílias pessoas nomeadamente mais velhas que falam Kimbundu que é uma língua africana falada no noroeste de Angola, incluindo a província de Luanda.

5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral:

- Analisar o processo de formação de identidade santomense: Tonga de Monte Café.

5.2 Objetivo Específico:

- Entender a história de tráfico de escravizados nas ilhas de São Tomé e Príncipe
- Analisar sobre o trabalho Contratado após a abolição da escravatura nas ilhas.
- Entender o porquê da designação do nome “tongas” para os habitantes da região de Monte Café.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

6.1 Trafego de escravos e suas consequências na formação da identidade de São Tomé e Príncipe

As ilhas de São Tomé e Príncipe têm uma história colonial de quase 500 anos, um dos períodos mais longos do colonialismo europeu. “ Durante o colonialismo em São Tomé e Príncipe, a hegemonia portuguesa não foi total, mas às vezes contestada ou frágil, sobretudo entre os dois períodos em que a presença portuguesa foi fraca. Durante o colonialismo moderno, a hierarquia social era mais consolidada, enquanto havia mais segregação entre as várias categorias” (Seibert, 2015, p.100). O arquipélago não tem uma história pré-colonial, mas passou por períodos distintos da colonização portuguesa, o arquipélago foi colonizado por Portugal duas vezes, em contextos históricos e económicos distintos.

São Tomé e Príncipe, sofreu duas formas de colonização: Primeira Colonização (povoamento e cultura do cana-de-açúcar); Segunda Colonização (trabalho contratado, cultura do café e do cacau).

a. Primeira Colonização: povoamento e cultura da cana-de-açúcar

O primeiro período da colonização das ilhas foi marcado pelo povoamento, pela prosperidade econômica e pelo processo de crioulanização, nos séculos XV e XVI. “Uma primeira tentativa de povoamento de São Tomé, em 1486, falhou devido à insalubridade do clima e à falta de alimentos. Em 1493, o terceiro donatário de São Tomé, Álvaro de Caminha (1493-1499), conseguiu o povoamento efetivo da ilha” (Seibert, 2015,p.101). “O povoamento do Príncipe (142 km²) iniciou-se pouco depois de 1500, ano em que a pequena ilha foi concedida ao donatário António Carneiro (1500-1545)” (Seibert, 2015,p.102). Segundo Seibert (2015, p.101) o território foi povoado por colonos portugueses, o grupo de colonos brancos que trouxeram para a ilha integrou alguns voluntários, mas sobretudo degradados e crianças judias separadas dos seus pais à força, esses judeus vieram da Espanha, donde fugiram para Portugal, em 1492. “A deportação de degradados para São Tomé tornou-se uma medida frequente, visto que, devido à insalubridade do clima e à longa distância de Portugal, poucos colonos iam voluntariamente para o arquipélago...Consequentemente, brancos, muitas vezes degradados, sempre foram uma pequena minoria em São Tomé e Príncipe” (Seibert, 2015, p.102). “A importação de escravizados do Congo e de Angola começou na primeira década de

1500. Foi também nessa altura, em 1514, que a coroa obrigou os senhores a batizar os escravizados dentro de seis meses após o resgate. Houve em São Tomé também alguns africanos livres do continente que atuavam como intermediários no tráfico de escravizados” (Seibert, 2015, p.102, apud, Cunha, 2001). “Outros escravizados resgatados no continente, destinados para a reexportação, ficaram apenas temporariamente em São Tomé. Enquanto em trânsito na ilha, esses escravizados trabalhavam nas fazendas no cultivo de produtos alimentares e no plantio da cana-de-açúcar” (Seibert, 2015, p.103, apud, Caldeira, 2013).

“No início, os moradores de São Tomé participaram no tráfico regional de escravizados entre o Reino de Benim e o forte São Jorge da Mina, no atual Gana, que naquela altura foi um mercado importador de escravizados. Os portugueses em São Tomé trocaram esses escravizados por ouro. Em 1519, São Tomé obteve o monopólio desse tráfico de escravizados entre Benim e a Costa de Ouro, em que os portugueses participaram desde 1480” (Seibert, 2015, p.103). “Em 1532, São Tomé perdeu o acesso direto aos escravizados de Angola quando o Congo se tornou intermediário desse tráfico” (Seibert, 2015, p.103, apud Cunha, 2001). “Já nos meados do século XVII, São Tomé perdeu sua importância como entreposto do tráfico de escravizados, devido à emergência de Luanda como principal mercado de escravizados do tráfico transatlântico na região. Subsequentemente, as áreas de resgate dos traficantes de São Tomé foram restritas a Gabão e Calabar” (Seibert, 2015, p.103). “Em São Tomé, uniões com africanas eram mais frequentes entre degradados e diminuíram quanto maior a posição na hierarquia social da povoação (Seibert, 2015, pag.103, apud, Cunha, 2001).

“A mestiçagem biológica, linguística e cultural entre brancos e africanos iniciou um processo de criouliização que resultou na emergência de sociedades e línguas crioulas no arquipélago” (Seibert, 2015, p.103). Segundo Seibert (2015, p.103) Nesse processo de aculturação mútua, devido ao monopólio do poder político dos europeus, os africanos não podiam restabelecer a sua organização social e económica nem as suas instituições políticas e religiosas no novo território. Contudo, os africanos que partilhavam certos conceitos conseguiram manter saberes, crenças, hábitos e parte da sua cultura material, particularmente em relação à esfera doméstica e privada. “Por razões geográficas e históricas, em São Tomé e Príncipe apareceram três línguas crioulas: além do *forro*, o crioulo maioritário, a *lunga ngola* dos angolares e o *lung'yie* (literalmente, “língua da ilha”) ou *principense*. A língua politicamente

dominante, o português, servia como base lexical dessas quatro línguas crioulas” (Seibert, 2015, p.104).

Ao pedido dos moradores de São Tomé, em 1515, o rei concedeu aos seus filhos mestiços e às suas mães escravizadas a alforria. Dois anos mais tarde, outro decreto real libertou também os escravizados homens que vieram com os primeiros colonos. Ao longo do tempo, a alforria individual resultante da vontade dos senhores contribuiu para o crescimento desse grupo dos forros. Devido ao reduzido número de habitantes brancos, que provavelmente nunca ultrapassou os quinhentos, os mestiços e africanos livres constituíram o grupo maior dentro da população livre. Perante a falta de brancos para cargos públicos, em 1528 os mestiços receberam diretos limitados para exercer funções na administração local. Em 1546, a coroa concedeu aos mestiços o pleno direito de ocupar ofícios camarários e servir na milícia (Seibert, 2015, p.104).

“Nessa fase da formação da sociedade colonial, os mestiços rivalizaram com os brancos e, por outro lado, tentaram impedir a ascensão social dos negros *forros*. Formou-se uma elite local constituída por europeus residentes, mestiços e negros livres. Essas categorias traficaram escravizados, detiveram escravizados e terras, ocuparam cargos seculares e religiosos e obtiveram patentes militares” (Seibert, 2015, p.105, apud, Nascimento, 2008).

“Graças às condições naturais, o arquipélago tinha boas condições para a cultura de cana-de-açúcar que foi introduzida da Madeira. A existência dessa cultura já era documentada durante a administração de Caminha, mas a produção começou apenas por volta de 1517, quando foram documentados os primeiros engenhos de açúcar em São Tomé. Foi o início de um tipo de produção agrícola em larga escala, baseada em trabalho escravizado, monocultura e exportação, conhecido por plantation. Essas fazendas dedicaram-se exclusivamente à produção do açúcar, enquanto os produtos alimentares para os escravizados foram cultivados separadamente em outras propriedades. Ao mesmo tempo, o regime de trabalho nas fazendas de açúcar tornou-se mais duro.” (Seibert, 2015, p. 105).

Com o aumento da população escravizada e o endurecimento do regime de trabalho nas *plantations*, intensificou-se também a fuga de escravizados, que fora fenômeno constante desde o início da colonização. No período de 1514 a 1527, de 12.904 escravizados importados pela Fazenda Real, fugiram 670, o que corresponde a 5% (Seibert, 2015, p.106, apud, Caldeira, 2013). Segundo Seibert (2015, p.106) graças ao relevo montanhoso da ilha vulcânica e a uma densa floresta tropical no seu interior, em São Tomé esses fujões (os ditos rebeldes, os resistentes) encontraram condições favoráveis para estabelecer pequenas comunidades no sul da ilha, fora do controle das autoridades coloniais no norte. Esses grupos de escravizados, auto libertado, chamados *mocambos*, frequentemente assaltavam as fazendas para roubar alimentos e escravizadas, pois havia um déficit de mulheres entre os fugitivos, visto que foram maioritariamente homens. “Por volta de 1530, os assaltos dos fugitivos rebeldes preocuparam as autoridades de tal maneira que foi constituída uma milícia que, durante décadas, fez uma guerra de mato contra os mocambos. Essa milícia era em grande parte composta por escravizados” (Seibert, 2015, p.106). Seibert (2015, p.106) afirma que a última expedição militar contra eles ocorreu nos fins do século XVII. Desde então, a comunidade dos quilombolas teve alguma autonomia e viveu em isolamento relativo no sul de São Tomé, os descendentes dos escravizados fugitivos são chamados “*angolis*” ou “*angolas*”, em referência à sua suposta origem. A partir do início do século XIX, ficaram conhecidos por “*angolares*”. Eles conseguiram manter sua autonomia até ao último quartel do século XIX. “Devido à distância com Portugal e a própria dinâmica de uma sociedade colonial híbrida num espaço insular, durante os séculos XVI a XVIII, a hierarquia política e social no arquipélago foi frequentemente contestada. São Tomé foi marcado por instabilidade política causada pelos muitos conflitos entre governador, câmara municipal e bispo” (Seibert, 2015, p.107).

Seibert (2015, p.107) conta que outras disputas envolveram funcionários reinóis e oficiais crioulos. Além disso, houve desentendimentos entre fazendeiros, que dominaram a câmara municipal, e dentro do clero. No século XVIII, o cônego Manuel do Rosário Pinto (1669-1738), um negro *forro*, confrontou-se com clérigos mestiços que discriminaram sacerdotes negros. O clima de disputas pelo poder político, cargos institucionais ou vantagens econômicas era uma constante. A elevada taxa de mortalidade dos governadores também contribuiu para a instabilidade, visto que criou um vácuo de poder. “No período de 1586 a 1613, São Tomé teve 18 governadores, incluídos aqueles eleitos pelo Senado da Câmara”

(Seibert, 2015, p.107 apud, Cunha, 2001). A guerra de mato contra os *mocambos* também contribuiu para a instabilidade. Durante um dos conflitos entre bispo e governador, em 1595, numa altura em que a indústria de açúcar já entrara em declínio, São Tomé foi abalado por uma grande revolta de escravos liderada por Amador.

Amador Vieira mais conhecido por Rei Amador foi um líder histórico e símbolo de resistência em São Tomé e Príncipe. Ele é amplamente reconhecido como um herói nacional, principalmente por sua liderança em uma importante revolta de escravizados contra o regime colonial português no século XVI, comandou uma insurreição em 1595. A insurreição liderada por Rei Amador foi uma das mais importantes da história da ilha, Amador foi proclamado "rei" pelos revoltosos, uma forma de demonstrar a autonomia que eles buscavam em relação ao domínio colonial. Durante a revolta, os insurgentes chegaram a tomar o controle de várias partes da ilha, destruindo plantações e se opondo ao poder português por cerca de um mês. Embora a rebelião tenha sido suprimida pelas forças coloniais, Amador foi capturado e executado em 1596, sua liderança e coragem ficaram marcadas na memória coletiva de São Tomé e Príncipe. Em São Tomé e Príncipe, o Dia do Rei Amador é comemorado no dia 4 de janeiro, em sua homenagem (Wikipédia, 2024).

“Durante essa revolta, que durou três semanas e em que participaram cinco mil escravizados, mais da metade dos cerca de 120 engenhos existentes na altura foram destruídos. Desde os fins do século XVI, as duas ilhas sofreram vários ataques dos franceses e holandeses. De 1641 a 1648, a holandesa Companhia das Índias Ocidentais ocupou a fortaleza e o porto de São Tomé. Todos esses fatores contribuíram para a queda do açúcar em São Tomé” (Seibert, 2015, p.107). Contudo, o fator principal do declínio do açúcar foi a emergência do Brasil como produtor desse alimento. Segundo Seibert (2015, p.107) os engenhos brasileiros eram mais produtivos, e a qualidade do açúcar, muito superior à de São Tomé e conseqüentemente, muitos fazendeiros se mudaram para o Brasil, onde reproduziram o sistema de *plantação* por conseguinte durante o século XVII, a produção de açúcar desapareceu em São Tomé. Com a extinção das grandes fazendas, a escravatura doméstica dominou. Mais comum era a posse de um ou dois escravizados, com a exceção de alguns maiores proprietários. “Na maior parte, os escravizados não eram naturais das ilhas, mas oriundos do continente” (Seibert, 2015, p.107, apud, Seibert, 2014). A economia de *plantação*, com a sua monocultura, transformou-se numa agricultura para a subsistência e o abastecimento com provisões de navios negreiros que passavam pelo arquipélago.

O tráfico de escravizados do arquipélago também continuou, mas em menor escala, os traficantes de São Tomé e Príncipe resgatavam os escravizados principalmente na vizinha região do Gabão. Finalmente, na sequência dos acordos que Portugal assinou com a Grã-Bretanha, em 1836, o tráfico de escravizados tornou-se ilegal. Contudo, continuou ilegalmente até 1850, quando o Brasil acabou com esse comércio. Além disso, escravos continuaram a chegar de Angola, visto que até a abolição da escravatura em São Tomé e Príncipe, em 1875, a legislação permitiu aos proprietários transferir um máximo de dez escravos entre as colônias portuguesas (Seibert, 2015, p.108).

Segundo Seibert (2015, p.108) com a perda da relevância econômica do arquipélago, a presença de brancos tornou-se insignificante. Em 1758, de uma população total de 12.672 nas duas ilhas, havia 53 brancos (0,4%) e 8.880 escravizados (70%), incluídos os para a reexportação. Geneticamente, a ausência do elemento branco e a mestiçagem inter africana resultaram numa reafricanização da elite crioula. “Consequentemente, durante esse interregno, a categoria de mestiços praticamente desapareceu, diluindo-se na dos negros *forros* (Seibert, 2015, p.108, apud, Seibert, 2014). Durante quase duzentos anos, até à década de 1840, os *forros* dominaram a economia e a política em São Tomé. Nesse período, São Tomé estava mais ligado ao Brasil e ao Golfo da Guiné, enquanto as ligações com Lisboa eram escassas.

Resumindo a primeira colonização segundo Seibert (2015, p.100) o povoamento efetivo de São Tomé começou em 1493. Inicialmente o arquipélago foi povoado por duas categorias principais, colonos brancos e escravos africanos, que primeiro foram trazidos do vizinho reino do Benim, no delta do Rio Níger, e desde o início do século XVI também dos reinos do Congo e do Ndongo (Angola). Os escravos do Benim falavam edo, pertencente às línguas Benue-Congo ocidental, ao passo que os do Congo e de Angola falavam línguas banto (Benue-Congo oriental), kikongo e Kimbundu, respetivamente. Essa situação linguística reflete-se na gênese dos três crioulos das ilhas. A mestiçagem genética deu origem a uma terceira categoria, os mestiços. A alforria de escravizados resultou na emergência de uma quarta categoria de negros livres, os chamados *forros*. Ao longo do tempo, outros escravizados alforriados foram sucessivamente integrados na categoria dos *forros*, os crioulos majoritários de São Tomé.

b. Segunda Colonização: trabalho contratado, cultura do café e do cacau

Depois da independência do Brasil, em 1822, e o fim das Guerras Liberais, em 1834, Portugal redescobriu seu interesse pelos territórios em África. “Em São Tomé e Príncipe, a introdução do café (1787) e do cacau (c.1820) do Brasil incentivou o restabelecimento da economia de plantação pelos portugueses na segunda metade do século XIX, que resultou em mudanças consideráveis na hierarquia social e política no arquipélago” (Seibert, 2015, p.108). O regresso da capital a São Tomé, em 1852, marcou o início dessa recolonização.” Ao contrário do continente, em São Tomé e Príncipe não existia resistência da população local à colonização europeia” (Seibert, 2015, p.108, apud, Nascimento, 2008). Seibert (2015, p.109) continua dizendo que São Tomé e Príncipe foi o primeiro território africano onde se produzia cacau. Dali difundia-se, pela ilha Fernão Pó (atual Bioko, Guiné Equatorial), para o continente. A expansão das plantações de café e cacau alcançou regiões que tinham cado incultas durante a indústria do açúcar, no século XVI.

Em 1878, o território dos angolares no sul de São Tomé foi ocupado pelas autoridades coloniais. No início da recolonização, a maior parte das terras estava nas mãos dos *forros*, ou por título de posse ou por usufruto habitual e inicialmente, proprietários *forros* participaram com sucesso na produção das novas culturas de rendimento. “*Forros*” do termo *forro* de São Tomé e Príncipe que refere-se aos descendentes de escravizados africanos que, após a abolição da escravatura na ilha de São Tomé, conseguiram conquistar a liberdade e formar uma comunidade específica com identidade própria. O termo é usado historicamente em várias partes do mundo lusófono para descrever pessoas libertas da escravidão, e em São Tomé e Príncipe, ele adquiriu um significado especial dentro do contexto das ilhas. “Contudo, muitos proprietários *forros* foram sucessivamente expropriados e politicamente marginalizados pelos portugueses. Os *forros* perderam suas terras por venda, mas também por práticas fraudulentas e pela força” (Seibert, 2015, p.109, apud, Tenreiro, 1961). Os portugueses também se beneficiaram de títulos de posse defeituosos, da ausência de um cadastro atualizado e de disputas pela terra devido a fronteiras mal delineadas. “Além disso, as autoridades coloniais não reconheceram seu direito de usufruto de terras pertencentes à coroa que foram vendidas a colonos brancos. No fim do século XIX, os proprietários portugueses possuíram 90% das terras e dominaram a economia do arquipélago” (Seibert, 2015, p.109, apud, Eyzaguirre, 1986).

Segundo Lobo (2020, p. 1) A partir da segunda metade do século XIX, dá-se início ao desenvolvimento das roças de café e cacau em São Tomé e Príncipe. Esse arquipélago ia se transfigurando em uma colônia de plantação. No entanto, considerando a falta de recursos financeiros e industriais da potência colonizadora Portugal, a única força produtiva para o desenvolvimento das roças seria a utilização de mão-de-obra barata e da imposição do trabalho forçado.

“As plantações ocuparam três quartos da superfície do arquipélago. A dimensão das roças variava de uns dez hectares até 10.000 hectares. A maior parte das plantações pertencia a companhias sediadas em Lisboa que frequentemente possuíam diversas roças” (Seibert, 2015, p. 109-110). Segundo Seibert (2015, p.110) as grandes roças não eram apenas explorações agrícolas, mas comunidades autônomas com senzalas, creches e hospitais. As maiores roças, como Água-Izé, Monte Café, Santa Margarida e Rio do Ouro, empregavam entre 2.500 e 4.000 serviçais. Durante poucos anos antes da Primeira Guerra Mundial, São Tomé e Príncipe tornou-se o maior produtor mundial de cacau. No início da expansão das roças, como foram chamadas as plantações de café e cacau, a mão-de-obra foi escravizada. “De 1855 a 1872, o número de escravizados no arquipélago aumentou de 4.580 (37% da população) a 8.575 (40%)” (Seibert, 2015, p.110, apud, Nascimento, 2008). Muitos desses escravizados foram clandestinamente importados da região do Gabão. Outros vinham de Angola, visto que, também depois da abolição do tráfico negreiro, em 1836, era possível transferir um número limitado de escravizados de uma colônia para a outra.

Um decreto de 1869 transformou os escravizados em “libertos” que eram obrigados a trabalhar mais nove anos para seus senhores. “Conforme uma lei aprovada em 1875, a abolição da escravatura no império colonial português estava prevista para o ano seguinte. Quando receberam essa notícia, os escravizados em São Tomé deixaram as plantações e manifestaram-se na cidade a favor do fim imediato da escravatura. Perante a revolta, o então governador Gregório Ribeiro (1873-1876) cedeu às demandas e aboliu a escravatura com efeito imediato” (Seibert, 2015, p.110). Naquela altura, havia quase 7.500 no arquipélago (27%). Os escravizados recém-libertados recusaram-se a voltar às plantações em regime assalariado. Chamados “*forros gregorianos*”, passaram por grandes dificuldades, mas no correr do tempo foram sucessivamente integrados na população crioula. “A sua recusa provocou uma crise braçal em São Tomé, que não demorou muito. Os portugueses logo

substituíram os escravizados por trabalhadores contratados, chamados serviçais” (Seibert, 2015, p. 110).

Os contratos de trabalho para a prestação de serviço agrícola nas roças de cacau e café em São Tomé e Príncipe tiveram como fundamento a política de emancipação dos libertos e da institucionalização do trabalho livre e assalariado nas então colônias de Portugal na África. Ainda em 1875, foi criada a Curadoria Geral dos Indígenas para recrutar contratados africanos. Inicialmente, os roceiros recrutaram os serviçais também no Gabão, em Adra (Daomé), na Costa do Ouro e na Libéria, mas depois de 1879 exclusivamente em Angola. “O recrutamento de serviçais de Cabo Verde e de Moçambique começou apenas em 1903 e em 1908, respetivamente” (Seibert, 2015, p.110, apud, Seibert, 2006). A imigração dos serviçais ressuscitava práticas e crenças africanas em São Tomé. A dança “*puíta*” e o culto de possessão “*djambí*” foram introduzidos por trabalhadores angolanos. Do início do século XX até aos anos 1940, os contratados africanos ultrapassaram em número a população nativa. “Em 1900, da população total de 42.103, 21.136 eram serviçais e apenas 19.150 eram crioulos nativos. Em 1921, a população total atingiu 59.055, sendo 44.501 contratados e 20.190 nativos” (Seibert, 2015, p.111, apud, Nascimento, 2008). Os contratos eram de cinco anos renováveis e, a seu fim, os serviçais tinham de ser repatriados. Contudo, inicialmente essas disposições não foram cumpridas. Contratos foram prorrogados tacitamente sem o consentimento dos serviçais, cujas condições de vida e trabalho assemelhava-se à escravatura. Embora oficialmente proibidos, na prática castigos corporais com palmatória ou chicote eram frequentes.

Os serviçais trabalhavam diariamente nove horas, menos aos domingos, quando trabalhavam cinco horas. Das 21h às 5h30, ficavam trancados nas senzalas. Seu regime laboral era rígido e apenas lhes permitia sair da roça aos domingos. A metade do seu salário era depositada num fundo de repatriamento e apenas desembolsada quando regressavam à sua terra. “Duas vezes por ano, os serviçais recebiam roupa e, uma vez, um cobertor de algodão” (Seibert, 2015, p.111, apud, Seibert, 2006). Apesar da sua miséria e do seu número elevado, ao contrário dos escravizados, durante os cem anos do regime do contrato, os trabalhadores das roças nunca organizaram uma revolta. Em contraste com os escravizados do século XVI, eles eram sujeitos a um controle mais rígido e enfrentavam não apenas colonos brancos, mas também uma população crioula que os desprezava e excluía. Além disso, pelo menos teoricamente, podiam sair da sua condição depois do fim do contrato.

Contudo, a fuga temporária de contratados era um fenômeno recorrente. No início do século XX, as notícias sobre a miséria dos serviçais nas roças provocou uma campanha pública contra o “cacau escravo” de São Tomé na Grã-Bretanha, o maior importador do cacau das ilhas. Os roceiros recusaram as acusações dos ativistas britânicos armando que as condições de trabalho não eram diferentes das dos outros contratados em outras partes do mundo. No entanto, em 1909, a campanha culminou num boicote do cacau de São Tomé pelos principais chocolateiros ingleses. Consequentemente, o governo português implantou regras para melhorar as condições de vida dos serviçais. Desde então, os trabalhadores eram repatriados regularmente (Seibert, 2015, p.111).

Segundo Seibert (2015,p.112) desde os fins do século XIX, a subalternização econômica e social dos *forros* na sequência da expropriação das suas terras foi agravada pela crescente discriminação racial pelos europeus. Durante poucos anos, a Primeira República (1910-1926) abriu o espaço político que os *forros* instruídos aproveitaram para se organizar em associações de defesa de seus interesses políticos e fundaram jornais para promover a emancipação dos negros e a igualdade racial. Depois do golpe militar de 1926, o associativismo e os jornais foram proibidos pelo regime colonial. Com a vinda do Estado Novo, em 1933, o colonialismo português em São Tomé tornou-se mais duro, empurrando os *forros* para a marginalidade econômica e social. “Nos anos de 1930, houve a tentativa de criação do imposto individual indígena, uma primeira ameaça da posição intermédia dos *forros* na hierarquia social do arquipélago. A criação do imposto falhou devido à resistência da população nativa” (Seibert, 2015, p.112). Em 1939, *forros* proeminentes fundaram o Sporting Clube de São Tomé, uma associação desportiva e recreativa que se tornava um centro das aspirações políticas da elite crioula. “Contudo, a política colonial de marginalização econômica e social dos *forros* continuou até aos anos de 1960, quando Portugal reorientou a sua política devido ao início da guerra de libertação em Angola e a pressões internacionais a favor da descolonização” (Seibert, 2015, p 112-113).

Geralmente, os *forros* e os *angolares* recusavam-se a aceitar o trabalho manual regular nas roças, que consideravam como trabalho escravizado, indigno ao seu estatuto social de africanos livres. Essa recusa era uma característica identitária dos crioulos. Os *angolares* aceitaram apenas trabalhos ocasionais, como o abate de árvores ou o transporte de produtos para a cidade via marítima com canoas. “Depois da expropriação das suas terras, durante o último quartel do século XIX, a pequena elite *forra* escolarizada e formada viu seu estatuto

social reconhecido pelo emprego na administração colonial, onde ocupou cargos baixos e intermediários” (Seibert, 2015, p.113). Pressões assimilacionistas levaram os *forros* instruídos a favorecer o uso do português em detrimento do crioulo, também em casa. Proibiram aos filhos falar o *forro*, visto que achavam que podia prejudicar sua ascensão social. Devido à sua recusa de trabalhar nas roças, a maioria *forra* foi estigmatizada pelos portugueses como preguiçosa e inútil. Por outro lado, os *forros* perceberam a possibilidade do trabalho obrigatório nas roças como uma ameaça à sua identidade e posição intermédia na hierarquia colonial. Apesar disso, devido à sua origem, seus hábitos e costumes, como a fé católica, os portugueses consideravam os *forros* mais civilizados.

“Geralmente, os *forros* evitavam qualquer proximidade com o mundo das roças e não aceitavam a participação dos serviçais nas suas associações recreativas e nas irmandades católicas. Chamavam o contratado depreciativamente “*gabão*”, uma alusão à origem dos escravizados no século XVIII” (Seibert, 2015, p.114). Homens *forros* que tinham acesso às roças costumavam manter relações sexuais informais com africanas e frequentemente traziam filhos dessas relações para a sua residência, onde viviam com a mulher principal. Contudo, era impensável que uma *forra* se relacionasse com um contratado ou o seu descendente. As famílias costumavam investigar a descendência de um potencial parceiro da lha para evitar tal união. Segundo (Seibert, 2015, p.114) os próprios contratados recebiam tratamento diferente conforme a sua origem.

Regra geral, os contratados de Angola e Moçambique, maioritariamente homens, chegavam sozinhos, eram analfabetos e não praticavam o catolicismo. Em contraste, os cabo-verdianos que aceitavam o contrato para fugir das secas e fomes da sua terra frequentemente vinham como casais, às vezes até com filhos. Eles eram católicos, em geral mais bem instruídos, e muitos falavam português. “Por outro lado, havia também roceiros que se queixavam dos cabo-verdianos, que eram mais assertivos, frequentemente reivindicavam seus direitos e eram menos trabalhadores do que os outros africanos” (Seibert, 2015, p.114, apud, Oliveira, 1993). “Por seu lado, os cabo-verdianos mantinham atitudes de superioridade em relação aos outros contratados e aos *forros*” (Seibert, 2015, p.114, apud, Eyzaguirre, 1986). Os filhos dos serviçais nascidos em São Tomé eram conhecidos por *tongas*. Os serviçais não tinham direito à posse de terra, mas às vezes podiam cultivar uma parcela dentro da roça para contribuir para seu sustento. “Em termos legais, os serviçais angolanos e moçambicanos eram classificados

como indígenas, conforme a legislação discriminatória do Estatuto de Indigenato, em vigor de 1926 a 1961.

Os crioulos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe nunca foram classificados como indígenas, mas também não excluídos explicitamente” (Seibert, 2015, p.115). Perante o problema da falta da mão-de-obra, no início de 1953, o regime colonial em São Tomé ponderou em aplicar o estatuto dos indígenas aos nativos das ilhas para obrigá-los a trabalhar nas roças. Em fevereiro desse ano, ameaçados de perder seu estatuto intermédio, houve uma manifestação espontânea de *forros* contra tais intenções da sua indigenização. “O então governador Carlos Gorgulho (1945-1953) respondeu ao protesto com uma onda de violência excessiva contra os *forros*, em que morreram centenas de pessoas inocentes durante um mês. Alvo principal de Gorgulho foi a elite *forra* na administração colonial” (Seibert, 2015, p.115). À ordem de Gorgulho, administradores das roças incitaram os serviçais a participar na onda de violência contra os *forros* inocentes e indefesos. Os acontecimentos sangrentos foram conhecidos por Guerra de Batepá.

O Massacre de Batepá (do português coloquial "Bate-Pá!") foi um massacre cometido pelas tropas coloniais portuguesas que teve lugar em São Tomé e Príncipe a 3 de fevereiro de 1953. É incerto o número de mortes que terão resultado por tortura elétrica e afogamento. A historiadora Inês Rodrigues refere que as fontes São-tomenses apontam para cerca de 1032 mortos e que as fontes Portuguesas em cerca de 200. Pelo que é impossível aferir com rigor de certeza histórica em que números se ceifaram as vítimas. Hoje em dia é um feriado nacional no arquipélago, denominado «Dia dos Mártires». O massacre é considerado o episódio fundador do nacionalismo são-tomense e as suas vítimas foram transformadas em heróis pela liberdade da pátria (Wikipédia, 2024).

Finalmente, em junho de 1953, Portugal também concedeu a cidadania aos são-tomenses. Mesmo assim, a violência colonial de 1953 muito prejudicou a relação entre os colonos brancos e os *forros*. “Em 1960, um pequeno grupo de nacionalistas *forros* criou a primeira organização política que, a partir do exílio, defendeu a independência de São Tomé e Príncipe. Depois de alguns anos de inatividade, essa organização foi reconstituída como Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), em Malabo, em 1972” (Seibert, 2015, p.115). Durante o processo de descolonização, em 1974, Portugal reconheceu o MLSTP

como único representante legítimo do povo são-tomense. “Em 1975, o Estado independente concedeu constitucionalmente a plena cidadania a todos os residentes do arquipélago. Oficialmente, toda a segregação e a discriminação entre as categorias populacionais desapareceram” (Seibert, 2015, p.116).

c. Contratados angolanos/ trabalho forçado

Com o início do desenvolvimento das roças de cacau e café em São Tomé e Príncipe na segunda metade do século XIX e a recusa dos nativos ao trabalho das roças viu-se que a única força produtiva para o desenvolvimento das roças seria a utilização de mão-de-obra barata e da imposição do trabalho forçado. “O aparecimento progressivo de roças e os impasses que os ingleses impunham ao recrutamento de serviçais da Libéria e Serra Leoa para São Tomé e Príncipe vão determinar que, a partir de 1879, o recrutamento e a emigração de mão-de-obra contratada fosse substancialmente realizada em Angola” (Lobo, 2020, p.8, apud, Santos, 2009, p. 91). “Consequentemente, o governo colonial português, ao longo desse período, foi decretando uma série de leis com vistas ao recrutamento e emigração de mão-de-obra barata e intensiva em outras colônias portuguesas na África, particularmente em Angola” (Lobo, 2020, p.1). “A partir da Lei de 29 de abril de 1875, a mão-de-obra contratada para prestação de serviços nos empreendimentos coloniais passou a ser designada de “serviçais”. Em Angola, os serviçais foram vulgarmente chamados de “contratados”, devido a um suposto contrato de trabalho que tinham que assinar” (Lobo, 2020, p.4).

Quem seriam os serviçais ou contratados em Angola? A resposta a essa pergunta pode ser encontrada na constituição de dois grupos socioculturais surgidos ao longo da ocupação colonial desse país: o grupo dos civilizados e o dos não civilizados. Segundo Lobo (2020, p.4-5) o grupo dos civilizados era constituído por todos os indivíduos brancos, nascidos, quer na colônia, quer na metrópole, independentemente de sua condição econômica, social e nível acadêmico, os lusodescendentes (mestiços) e os negros que tivessem adquirido hábitos e costumes europeus. O setor da população negra africana, por conseguinte, maioritariamente compunha o grupo dos não civilizados ou indígenas – este termo é oficial e recorrente em documentos emitidos pelo poder colonial, a partir do século XIX. Essa população mantinha e

exibia os valores, costumes e hábitos de sua identidade étnico-cultural africana. Foi essa população que, a partir da segunda metade do século XIX, esteve sujeita ao recrutamento, à emigração e ao trabalho contratado nas roças de café e cacau em São Tomé e Príncipe.

“A partir dessa lei, foram estabelecidas as seguintes espécies de contrato: a) “Os contratos destinados à prestação de trabalho; b) Os contratos destinados à prestação de trabalho e colonização por concessão de terras; c) Os contratos destinados à colonização por concessão de terras; d) Os contratos destinados à prestação de serviço na própria província e para servir em província diferente” (Lobo, 2020, p.5, apud, Portugal, 1875, p. 3). Os serviçais recrutados para prestarem serviço agrícola nas roças de cacau e café em São Tomé e Príncipe encaixavam-se na espécie de contrato para servir em província diferente. Eram considerados serviçais os contratados para prestação de serviço e aprendizado, tendo sido pré determinado que o tempo de contrato para os serviçais era de 5 anos e para os aprendizes, 10 anos.

“Em relação ao recrutamento e emigração dos contratados de Angola para São Tomé e Príncipe, segundo o artigo 48, os administradores dos concelhos deveriam enviar trimestralmente ao Curador Geral um mapa do registro da mão-de-obra contratada para São Tomé e Príncipe, nele tinha de ser anotado o nome, filiação, sexo, idade, estado civil, naturalidade e residência em São Tomé, entre outras observações” (Lobo, 2020, p.10-11, apud, Portugal, 1878). Contudo, essa orientação nem sempre era cumprida. Dos vários registros consultados há evidências da ausência dos nomes dos contratados, idade, tempo de serviço, naturalidade e outras informações pertinentes. Segundo Lobo (2020, p.11) também havia uma multiplicidade de povos de diferentes pontos geográficos da África, maioritariamente fora do domínio colonial português, mas, como eram embarcados para São Tomé e Príncipe, a partir dos portos de Angola, eram denominados de “*angolas*”. Havia apenas a precaução de informar o sexo, o número de contratados requisitados pelos roceiros e verificar se os mesmos tinham sido vacinados. Caso não tivessem sido vacinados no momento do embarque, deveriam ser vacinados na hora do desembarque, para evitar que doenças, como varíola e a doença do sono se espalhassem pelas roças.

Conforme atestam os mapas de registo de serviçais e colonos realizados na delegação da Curadoria Geral de Serviçais e Colonos de Catumbela, por exemplo, o códice 253 indica que entre 11 de Maio 1889 e 11 de Março de 1891 foram registados aproximadamente 6 mil serviçais oriundos do Planalto Central de Angola. “A região do Planalto Central está situada

no Centro de Angola, fazem parte dela as Províncias do Bié, Huambo e Benguela (Lobo, 2020, p.12, apud, Rákóczi, 2019). “Em termos demográficos, é a área que desde a formação do território de Angola apresenta maior densidade populacional e é constituída maioritariamente pelo grupo étnico Ovimbundu, com os 15 subgrupos regionais: Ngalangi, Vye, Wambu, Mbalundu, Ndulu, Ciyaka, Kakonda, Sambu, Cikanda, Cytata, Ekekete, Kalukembe, Civula e Cikuma, constituindo mais de um terço da população total de Angola (Lobo, 2020, p.12, apud, Malumbu, 2005).

Segundo os mapas de registo de serviçais realizados pelo Concelho de Catumbela, constam contratados com as seguintes naturalidades: Huambo, Benguela, Bié, Bailundo, Cuito, Catiavala, Garanganja, Ganda, Dombe Grande, Calembé, Galanga, Sambo, Quipeio, Quico, Libolo, Quiçama, Hebo, Caconda, Cassumba, Dulo, Chitembo, Cuemba, Luando, Upache, Hule, Sanpanga, Chicuma, Dala, Bimbe, Lunge, Tunda, Jamba, Hungulo, Chimbenge, Mungo, Sambo, Gombe, Cusso e outras. Das regiões do Leste e Sudeste de Angola, as naturalidades dos contratados confundem-se com a identidade étnica, como é o caso de Luvale, Lunda, Luba, Nganguela, Xinje, Kasanji, Songo, Kazembe, Zambeze e os das regiões da África Central aparecem como Banana, Congo, Luvo, Lualaba, Katanga, Katende, Teke e Kuba (Lobo, 2020, p.13).

Também a permissão ou o direito concedido aos contratados/as de levar os seus filhos/as e outros parentes para São Tomé e Príncipe foi uma mais-valia para os roceiros, pois esses teriam um estoque de mão-de-obra barata e jovem, acomodada ao ambiente das roças. “Quanto à repatriação dos contratados para as suas terras de origem, ficou acordado que os patrões deveriam pagar as despesas de retorno, caso eles desejassem ser repatriados. Todavia, ficou estabelecido o recontrato dos serviçais, quando vencido o prazo de seus contratos (Lobo, 2020, p.13, apud, Portugal, 1878). A cláusula sobre o recontrato permitiu que os contratados de Angola fossem sistematicamente recontratados por longos anos e de forma ininterrupta.

As rotas estabelecidas pelo comércio a longa distância, a persistência do comércio de escravizados em Angola, até no início do século XX, permitiram o recrutamento e a exportação massiva de mão-de-obra de Angola, “os contratados”, para prestação de serviço agrícola nas roças de café e cacau em São Tomé e Príncipe. Na verdade, o trabalho escravizado foi substituído pelo trabalho “contratado” apenas eufemisticamente, portanto, na prática, o trabalho escravizado ainda continuava a existir, pois os africanos considerados indígenas eram obrigados a trabalhar como contratados, em condições idênticas à escravidão.

“O envio exclusivo de contratados de Angola para São Tomé se estendeu até a primeira década do século XX, quando começaram a ser recrutados trabalhadores de outras colônias portuguesas: Cabo-Verde, em 1903 (Lobo, 2020, p.8 apud, Nascimento, 2001) e Moçambique a partir de 1908 (Lobo, 2020, p.8, apud, Nascimento, 2011). “A Lei de 29 de abril de 1875 determinou que os patrões ou amos deveriam fornecer salário, alimento, alojamento, vestuário e assistência médica aos serviçais, no entanto, não previu o repatriamento dessas pessoas para as suas terras de origem. Isso permitiu que os contratados de Angola e os seus descendentes permanecessem, durante anos ou por toda a vida, em São Tomé e Príncipe” (Lobo, 2020, p.6).

d. Contratados cabo-verdianos/ trabalho forçado

Em Cabo Verde, o trabalho contratado desenvolveu-se num contexto de crise económica e declínio populacional. A primeira vaga de contratados vindos de Cabo-verde é de 1903. “A sua chegada às roças de São Tomé e Príncipe prolonga-se por todo o século XX, com maior intensidade nos anos 30-40 (devido às graves crises de fome neste arquipélago) e nos anos 50” (Feio, 2016, p.1, apud, Nascimento, 2003). Os cabo-verdianos virão de diferentes ilhas, sozinhos ou em família, e desempenharão nas roças, salvo raras exceções, pesado trabalho braçal. Os contratados embarcavam para as ilhas iludidos pela miríade de um contrato de trabalho que teoricamente os deixaria regressar livremente às suas terras. “Eram obrigados a trabalhar em condições desumanas e sujeitos a castigos, sendo que muitos, sobretudo os cabo-verdianos, nunca chegaram a ser repatriados, ao contrário do que aconteceu com os moçambicanos e com muitos angolanos” (Feio, 2016, p.1). Estas pessoas viviam acantonadas nas sanzalas das roças, distanciadas, a vários níveis, da população são-tomense.

De acordo com Feio (2016) as pesquisas sobre os aposentados, ex-trabalhadores agrícolas, indicaram que as mulheres e os homens vieram principalmente de Santiago, Fogo, Brava e, em menor grau de São Nicolau, São Vicente. Ao contrário dos imigrantes de Angola e moçambicanos, grande parte da força de trabalho agrícola em São Tomé na década de quarenta, a emigração cabo-verdiana foi também uma emigração de casais e de famílias de imigrantes (principalmente entre 1945 até o fim da imigração), tendo em conta os interesses do governo colonial, que planejava construir uma classe social agrícola local inexistente, oferecendo terras para as famílias cabo-verdianas que tenham concluído o seu contrato de trabalho. Os idosos são a geração de cabo-verdianos viva, que uma vez em São Tomé e

Príncipe (os anos cinquenta), passou por três diferentes regimes políticos, multiplicando os contratos, têm sido contratados no tempo colonial, empregados do Estado são-tomense.

e. Presença do povo moçambicano em São Tomé e Príncipe

“A história da migração forçada dos moçambicanos para São Tomé e Príncipe ao longo do século XX se distingue em duas fases – 1908 a 1921 e 1947 a 1961 – mediadas por um interregno” (Bussotti, 2019, p.21). Este novo fluxo de trabalhadores para São Tomé encontra a sua explicação na necessidade de incrementar a produção de cacau para exportação nos mercados mundiais, devido a uma conjuntura internacional favorável, até aproximadamente o início dos anos 1920. “Apesar de os deportados moçambicanos gozarem um estatuto relativamente privilegiado, tendo direito ao retorno (clausula imposta pelo governador de Lourenço Marques, Freira de Andrade), suas condições de trabalho e de vida não diferiam das dos demais” (Bussoti, 2019, p.21).

“O processo de desterro e de importação de trabalhadores de Moçambique, Angola e em parte Cabo Verde para o arquipélago atlântico desacelerou nos finais dos anos sessenta e início dos anos setenta, quando a economia mundial e europeia registou uma estagnação, que envolveu também São Tomé e às suas culturas de cacau e café” (Bussotti, 2019, p23, apud, Valério e Tjipilica, 2006).

O desterro era, em boa verdade, uma escravatura disfarçada mediante improváveis cláusulas contratuais, que só serviam para salvar as aparências, principalmente diante (mais uma vez) da fiscalização britânica. Ainda nos meados dos anos Cinquenta do século passado, um zelante administrador colonial em São Tomé, Francisco Mantero, realçava como a opção de os moçambicanos emigrarem à procura de melhores condições de emprego tivesse sido livre e até conveniente, consideradas as condições oferecidas pelo Estado português. E como, portanto, os britânicos não deviam apontar para esta prática como sendo escravagista (Bussotti, 2019, p.23, apud, Mantero, 1954).

Em 1961, ano aqui considerado como o fim da segunda fase do desterro, com a abolição legal das diferenças de estatuto entre “indígenas e assimilados e as reformas introduzidas pelo Ministro de Ultramar, Adriano Moreira, o curador geral só passou a autorizar contratos para o

arquipélago em casos absolutamente justificados. A 27 de Abril de 1962, o decreto-lei n° 44309 aprovou o código de trabalho rural, interditando o trabalho obrigatório e o recrutamento forçado e, pela primeira vez São Tomé e Príncipe não importou nenhum trabalhador moçambicano e nem de outras origens. “As repatriações prosseguiram até os primeiros dias de 1967, diminuindo o contingente de moçambicanos no arquipélago” (Bussotti, 2019, p.23, apud, Nascimento, 2005). Mas sem completar um tal processo, como demonstrado pelos antigos serviçais encontrados em asilos de idosos em São Tomé. Se, por um lado, o capítulo da deportação de moçambicanos chegava ao fim, por outro iniciava-se o capítulo dos que ficaram no arquipélago entregues a sua própria sorte à espera do repatriamento, no esquecimento geral quer das autoridades públicas, quer da historiografia oficial.

f. Roça Monte Café

A roça é definida nas últimas décadas a literatura das ciências sociais que frequentemente tratou do termo de “plantação”, em suma, a plantação corresponde a uma organização agrícola capitalista de certo tamanho que emprega trabalhadores contratados e produz essencialmente monocultura para o mercado internacional. A plantação representa um projeto totalizante que visa á ocupação das terras e á introdução e produção das terras e á introdução e produção de novas culturas com objetivo de exportá-las, conforme os mecanismos mercantis padronizados. A plantação possui quatro características principais: a separação das classes de trabalhadores e patrões, objetivo de agricultura comercial contínua, especialização em monocultura, natureza capitalista da empresa. Mas no contexto da ilha de São Tomé acrescenta a essa definição os seguintes elementos: mão-de-obra imigrante não especializada e elevados custos (encargos salariais), que representam parte importante das despesas totais de produção. No início da expansão das roças, como foram chamadas as plantações de café e cacau, a mão-de-obra foi escrava, muitos desses escravizados foram clandestinamente importados da região do Gabão outros vinham de Angola, os roceiros recrutaram os serviçais também em Adra (Daomé), na Costa do Ouro e na Libéria, mas depois. O recrutamento de serviçais de Cabo Verde e de Moçambique começou apenas em 1903 e em 1908.

A região de Monte Café é uma das mais antigas roças na era colonial em São Tomé e Príncipe, é hoje uma localidade que guarda vestígios da era colonial, sendo habitada por um grupo de moradores com elevada vulnerabilidade que tem a agricultura camponesa como seu meio de reprodução social e material. Monte Café foi, no período colonial século XIX, um lugar de destaque na produção do café e do cacau, a implementação da cultura de café, em 1787, e do cacau em 1822 em STP dá-se após o término da cultura da cana-de-açúcar que antes era o único produto de exportação do país. Atualmente, a região de Monte Café em conjunto com suas dependências, são áreas rurais com baixa infraestrutura, possuindo aproximadamente 30 mil habitantes, que se valem da produção agrícola para subsistência. A população da região atualmente é chamada de Tongas de Monte Café. (Santos & Carvalho, 2018, p.1-2-3).

A etimologia da palavra Tonga é bem diversificada primeiramente pertencente ou relativo à tribo dos Tongas (Sul de Moçambique) ou ao povo dos Tongas; em segundo povo dos Tongas (Polinésia), a língua dessa tribo ou daquele povo; em terceiro terreno para agricultar em Angola do quimbundo tonga, «idem», de kutônga, «pelejar» e por último em São Tomé e Príncipe como descendente de pessoas que vieram trabalhar em serviços caseiros ou domésticos para São Tomé e Príncipe e aí se fixaram.

g. Vestígios dos povos angolanos, cabo-verdianos e moçambicanos em São Tomé e Príncipe

h. Tafúa

Os vestígios de violência do colonialismo e da escravatura continuam presentes na memória de pessoas outrora escravizadas e na pós-memória de seus e suas descendentes. A partir da oratura, oralidade (termo que se refere à transmissão oral da cultura, histórias, conhecimento e tradições de um povo, em contraste com a literatura escrita) é possível compreender a conjuntura de opressão a que as pessoas escravizadas estavam sujeitas, mas também sobre os seus quotidianos, rituais, opções linguísticas e sementes de resistência e de organização coletiva. Exemplo disso é a existência da *tafua*, presente na roça Monte Café, em São Tomé e Príncipe. A imigração dos serviçais ressuscitava práticas e crenças africanas em São Tomé. A

dança “*puíta*” e o culto de possessão “*djambi*” foram introduzidos por trabalhadores angolanos.

A *tafua* é uma manifestação cultural presente na ilha, desde o início do século XIX até ao presente, chegada com pessoas escravizadas de Angola, e que inclui canções, música instrumental e dança. Apesar de ter sido difícil datar a entrada da *tafua* na ilha, esta data refere-se à fundação da Roça Monte Café (1858) e consequente escravização de mão-de-obra de Angola. Cada vez menos exercida, a *tafua* é uma importante prática tradicional em São Tomé e Príncipe, relacionada ao culto aos ancestrais e às cerimônias fúnebres, considerada, por alguns praticantes, como em vias de extinção. Para Carlota e Luís, por serem descendentes de escravizados/as angolanos/as e praticarem uma manifestação cultural deles/as herdada, são vistos pela sociedade são-tomense como *tongas* (descendentes dos trabalhadores contratados) e a *tafua* menos integrada como parte da identidade nacional do país. Segundo os seus relatos, também não é bem-vinda nas igrejas, pois é considerada um ritual maléfico.

As tensões em torno da *tafua* permitem-nos sondar percepções sobre a estratificação social, na base de “invenção de etnias”, classes, religiões, e outras continuidades históricas que prevalecem do colonialismo, e compreender como a escravatura moldou as sociedades africanas e diaspóricas, mas também como as comunidades locais continuam a suportar os seus legados.

As canções da *tafua* são principalmente sobre trabalho forçado, famílias fragmentadas, lamentos sobre o sistema de escravatura, saudades, mas se olharmos mais a fundo, são também sobre esperança, generosidade e cura, face à política do medo promovida durante a escravatura. Em Monte Café, são cerca de vinte os praticantes ativos desta modalidade cultural, sendo que alguns jovens têm participado no âmbito escolar. Contudo, o facto de não falarem nem compreenderem as línguas cantadas, constitui “um passo significativo para o desaparecimento progressivo da nossa identidade cultural.

i. Puíta

Outro vestígio é a *puíta*. *Puíta* ou *Semba* mais conhecida pelos santomenses como “*puíta*” é um tipo de dança que faz parte da cultura santomense, esta dança foi introduzida em S. Tomé pelos serviçais angolanos que na altura colonial vieram trabalhar nas roças. A *puíta* ou *semba*

é uma dança que se faz em homenagem aos defuntos. Diz-se que os espíritos dos mortos ficam inquietos e a forma de acalmá-los é dançando a *puíta* noite do nojo (é uma cerimônia realizada dentro de um período de 8 dias a pós morte de uma pessoa) até ao romper da manhã após a qual se celebra a missa.

Acredita-se que dançar a *puíta* é uma forma de acalmar os espíritos daqueles que durante a sua vida trabalhavam nas roças, os “tongas” (oriundos de Angola e Moçambique), pelo facto de a *puíta* fazer parte das suas atividades de lazer durante a sua vida. Defendem que os mortos continuam em contato com o mundo dos vivos e que a atuação da *puíta* é fundamental para o descanso dos mesmos.

A dança consiste em pessoas organizadas em filas indianas, sem um número definido pessoas, as raparigas posicionam-se de um lado e os rapazes de outro, de modo a que fique um grupo defronte ao outro. Após o toque da música começam a dançar.

Um rapaz desloca-se da sua fila e vai ao encontro a sua parceira e vice-versa e encontram-se no centro onde decorre a dança. Dão a primeira, segunda e terceira “*cumba*” e regressam aos seus lugares, a seguir vem outro par e assim sucessivamente até todos dançarem e se possível repetir a ronda até que a música termine.

j. Djambi

O *Djambi* trazido para as ilhas pelos escravizados, especialmente de regiões da África Central e Ocidental, como o Congo, Angola e Moçambique é dos outros vestígios e é uma importante expressão cultural de São Tomé e Príncipe, que se refere a uma cerimônia religiosa e tradicional de caráter espiritual, ligada às práticas afrodescendentes no arquipélago. Esse culto é profundamente enraizado na história e na cultura do país, sendo uma manifestação das tradições religiosas africanas que foram mantidas e adaptadas pelos descendentes de escravizados nas ilhas.

O *djambi* é uma celebração que envolve o culto aos ancestrais e espíritos, além de ser um ritual de cura e de busca por proteção espiritual. Essas práticas são realizadas por comunidades específicas e frequentemente incluem cânticos, danças, invocações e rituais de sacrifício de alimentos e outros objetos simbólicos para agradar os espíritos e obter suas bênçãos.

k. Txabetxa

A *txabetxa* é uma dança cultural cabo-verdiana, mas representa mais do que uma dança recreativa; é uma expressão cultural importante que reflete aspectos da identidade e do modo de vida cabo-verdiano, especialmente no contexto das tradições de música e dança que permeiam a vida social nas ilhas. As festas onde a *txabetxa* é dançada costumam ser animadas por instrumentos musicais típicos, como tambores, violão e cavaquinho, que dão o tom característico à dança.

A dança também é uma forma de resistência cultural e preservação da identidade cabo-verdiana, especialmente em contextos de migração, como ocorreu em São Tomé e Príncipe. Ali, ela foi levada pelos trabalhadores cabo-verdianos e adaptada ao contexto local, mas manteve-se como um símbolo da herança cultural dos migrantes.

A ligação histórica entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe remonta ao período colonial, quando ambos os arquipélagos faziam parte do império ultramarino português. A partir do século XIX, a relação entre os dois territórios se intensificou devido ao sistema de trabalho contratado, que substituiu gradualmente o trabalho escravizado após a abolição formal da escravatura. Cabo-verdianos foram recrutados para trabalhar nas plantações de cacau e café em São Tomé e Príncipe, especialmente no final do século

Esses trabalhadores, chamados de "contratados", foram levados para São Tomé e Príncipe para suprir a demanda por mão de obra nas roças, ou plantações, que proporcionam grande número de trabalhadores para a produção agrícola. A migração forçada e o trabalho sob condições duras não apenas trouxeram os cabo-verdianos para o arquipélago santomense, mas também suas tradições culturais, incluindo a dança, a música e outros aspectos da cultura popular. Com o passar do tempo, a *txabetxa* em São Tomé e Príncipe incorporou elementos locais, refletindo a interação cultural com as tradições santomenses e outras influências africanas. O estilo de dança e a música que a acompanha podem ter modificações, com a inclusão de instrumentos locais e variações nos movimentos, adaptando-se aos diferentes contextos sociais e culturais do arquipélago

A prática da *txabetxa* nos dias de hoje em São Tomé e Príncipe continua a ser um símbolo da herança cultural cabo-verdiana, mantendo viva a memória dos migrantes que foram forçados a deixar sua terra natal, mas que conseguiram preservar e adaptar sua tradição.

6 METODOLOGIA

Temos como linha mestra que conduza presente pesquisa: “O reconhecimento da importância dos grupos étnicos africanos na construção da Sociedade São-Tomense abordando temas como escravidão, colonização, trabalho contratado e a participação de povos angolanos, cabo-verdianos e moçambicanos na construção da identidade santomense. Pela natureza e complexidade que o nosso objeto de pesquisa apresenta, optamos em desenvolvê-la utilizando o método de abordagem qualitativa, pois este nos parece ideal para os estudos que pretendemos realizar e por se tratar de um projeto de pesquisa que será desenvolvido em São Tomé e Príncipe um país do continente africano onde a oralidade é predominante optaremos também pela entrevista.

Para Ki-Zerbo (2010) a história de África principalmente ao Sul de Saara é caracterizada pela pobreza de fontes escritas nomeadamente antes XVI e mais ainda antes do século VII da era cristã, mas a ausência de fontes escritas torna-se um fator positivo pois aboliu o sistema do pensamento ocidental de que só a fonte escrita deve ser usada e permite o uso de outras fontes como a fonte oral, sendo assim a história de África deve reunir todas as fontes possíveis de forma a reconstruir o passado. É importante ressaltar a tradição oral, o valor de uma fonte não é uma realidade em si, mas varia de acordo com o objeto específico de pesquisa empreendida, para a pré-história africana os documentos escritos não constituem a melhor fonte, pois não existem. As fontes de história em África são nitidamente complementares, tanto que cada uma delas isolada apresenta-se com frequência mutilada e que só a intervenção de outras fontes pode ajudar a definir. Empreender a história de certas sociedades africanas sem compreender a linguagem múltipla existente é impossível, o mesmo ocorre com a tradição oral que é a história vivida e transportada pela memória coletiva com toda a sua força e vigor ignorando os fatores econômicos e sociais.

A tradição oral ajuda a corrigir os erros de interpretação oriundos de enfoque puramente externo, permite limitar o número de hipóteses e reduzir o leque de opções. Mas caso existirem várias versões de uma tradição pode-se consultar outras fontes que algumas das vezes são oráculos como tambores, gritos de guerra, crônicas, etc. Por conseguinte a respeito dessas outras fontes estabeleceu-se uma distinção entre etnomusicologia interna (técnica) e etnomusicologia externa (trama social e cultural).

As línguas são um museu vivo em que se preserva a tradição, toda língua é não só uma criação mental como também um fenômeno social, seu vocabulário é o reflexo das realidades forjada pela história de cada povo. De acordo com Hampaté Bá (2010) escrita oral, oralidade e tradição, mostra as origens da cultura histórica africana, e a religiosidade por trás das palavras. Ao falar sobre oralidade e verdade, o autor tenta desmitificar a fala europeia da escrita como forma única de verdade histórica. A escrita, ela vem de um pensamento, que se transforma em palavras em um papel qualquer. Na tradição africana, de acordo com o autor, a palavra não é um mero instrumento de comunicação, mas representa um caráter sagrado e moral. A palavra, ela possui origens divinas, o que a torna uma força que não pode ser usada sem a devida prudência. Isso é usado para preservar a transmissão oral, já que a palavra, conhecida pelos tradicionalistas, representa o conhecimento total. O autor enfatiza como a verdade é um comprometimento moral e religioso, que envolve não só a crença do plano vivo, mas também um compromisso com os antepassados. A escrita, que nada tem de zelo com essa verdade espiritual, foi mostrada como mais confiável durante muito tempo na história. O autor desmitifica toda essa questão, e coloca a tradição viva africana como não só mais confiável, mas também como o berço da história.

Segundo Vansina (2010) um estudioso que trabalha com tradições orais deve compenetrar-se da atitude de uma civilização oral em relação ao discurso, atitude essa, totalmente diferente de uma civilização onde a escrita registrada todas as mensagens importantes. Uma sociedade oral regular a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que ideias chamam elocuições-chave, isto é, a tradição oral.

A pesquisa de caráter qualitativa, segundo Minayo (2002, p. 21-22), busca responder problemas sociais, se interessando pela significação que este carrega para o participante na pesquisa: “Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização dos variáveis”. (Richardson 1999, p. 90, apud, Marconni; Lakatos, 2010, p. 271), por sua vez, a caracteriza como “a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais dos entrevistados, em lugar de produção de medidas quantitativas de características ou de comportamentos”.

Para obtenção de dados necessários, o centro da nossa análise será o conteúdo obtido através da pesquisa bibliográfica, isto é, a partir dos livros, artigos e ensaios que discutem a temática pesquisada. A pesquisa documental tende a considerar as fontes (documentos) que não sofreram ainda nenhum tratamento analítico, ou que precisa, de certa forma, de uma reelaboração, atendendo, assim, às exigências do objeto da pesquisa, já a técnica bibliográfica de acordo com Gil (2010, p. 50-51) é baseada em revisão dos materiais já elaborados, isto é, livros, artigos e ensaios científicos e apresenta como principal vantagem, o fato de que nos permite ter dados suficiente para conhecer um fenômeno nos seus aspetos mais diversificados, economizando os esforços físicos, espacial e recursos. Embora corra-se o risco de (re) produzir equívocos dos outros autores. A partir dos dados obtidos nas revisões bibliográficas, faremos análise de conteúdo com o intuito de superar as incertezas e melhorar a interpretação dos dados, para que possamos compreender melhor.

7 REFERÊNCIA

ADOZINDA, LILIANE E MARLENE. Património de de S.Tomé: Puíta. Blooger.com.2008.

Disponível em: <http://stomepatrimonio.blogspot.com/2008/03/puta.html>. Acesso em: 20/10/2024.

BERTHET, M.A. Reflexões sobre as roças em SãoTomé e Príncipe. Estudos. Históricos, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50, p. 331-51, julho-dezembro de 2012.

BUSSOTTI, L; MARTINS, T. Marcas do Desterro. Moçambicanos deportados para São Tomé e Príncipe (1947-1961): história, estórias, atualidade. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 08-42, 2019. DOI: 10.5965/2175180311272019008.

FEIO, A. J. «Cabo-Verdianos e São-tomenses de ascendência cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe na atualidade: Uma abordagem etnográfica». In Diáspora Cabo-Verdiana: Temas Em Debate, org. Iolanda Évora. Lisboa: ISEG-CEsA, 197-222. Edição digital, Ebook - PDF ISBN 978-989-96473-8-1, 2016.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro:LTC, 2008.

GIL, A. C, Como Elaborar Projeto de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: História Geral da África Volume I. Metodologia e pré-história da África. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2ª ed. rev. - Brasília: UNESCO, 2010.

INDIRA.C. Somos descendentes! Contra narrativas e agenciamentos musicais dos coletivos de tchabeta na roça Agostinho Neto (São Tomé e Príncipe). Academia.edu.2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v1039>. Acesso em: 20/10/2024.

KI-ZERBO, J. Os métodos Interdisciplinares para estudos da África. In: História geral da África volume 1: metodologia e pré-história da África., Brasília: UNESCO, 2010.

LIMA.R. Tafua -Canções da Escravatura entre Angola e São Tomé e Príncipe. Revista Casa Comum.2023. Disponível em: <https://revistacasacomum.com.br/tafua-cancoes-da-escravatura-entre-angola-e-sao-tome-e-principe/>. Acesso em: 21/10/2024.

LOBO, A.L.P. Contratados angolanos nas roças de São Tomé e Príncipe (1875-1899) Universidade ISCED de Luanda, 2008.

MARCONNI, M. A; LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NASCIMENTO.A. Escravatura Trabalho Forçado e Contrato em São Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: sujeição e ética laboral. Africana Studia, Campinas, n. 7, p. 183-217, 2004.

SANTOS, A.A.P; CARVALHO, J.G. Agricultura camponesa, produção agrícola e reprodução de material: Um estudo sobre os camponeses de Monte Café em São Tomé e Príncipe. In: Anais do VIII Simpósio Reforma Agrária e Questões Rurais – Terra Trabalho e Lutas no Século XXI: Projetos em Disputas. Araraquara, 2018.

SEIBERT, A. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social», Anuário Antropológico, v.40 n.2 | 2015, 99-120.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). História geral da África, Volume 1 - metodologia e pré-história na África, 2010.

VEIGA.A. D'jambi de Água Anka (Otótó). Têla Nón.2022. Disponível em:

<https://www.telanon.info/cultura/2022/07/27/37988/djambi-de-agua-ankaototo/>. Acesso em: 21/10/2024.